

Espaço

Será que caminhamos de volta ao século XIX? Ou pararemos mesmo mais atrás?

“Patrão! Estou a pedir!”

No Verão de 1994, em período pré-eleitoral e de fim de guerra civil, passei um mês de férias em Moçambique e contactei com a realidade de uma sociedade pobre. Nas ruas de Maputo, no mercado, à porta dos restaurantes, bandos de crianças com os seus cães, os órfãos da guerra, fixavam os olhos nos brancos que por eles passavam e atiravam: “Patrão! Estou a pedir!” Lembro-me ainda hoje desses olhos - sempre valorizei o que os olhos dizem - expectantes, como se de nós estivesse suspenso o seu futuro, sem vacilarem, por uma moeda ou um pouco de comida. E lembro-me também como me impressionou a pobreza daquele país e de pensar: felizmente, na Europa há patamares de miséria que foram ultrapassados e que não voltam mais.

Parece que me enganai. A minha certeza sobre o desenvolvimento económico e social da Europa era falsa. Eu sabia já que a história não é uma linha recta de desenvolvimento, que há regressões, que há até colapso de sociedades e de civilizações, mas acreditava, queria acreditar, que havia patamares de desenvolvimento, de bem-estar e de dignidade que a generalidade da população europeia tinha adquirido e que não eram questionáveis.

A grandeza das democracias europeias, mesmo face ao liberal continente americano, era - considerava e considero - a garantia da redistribuição de riqueza a todas as pessoas, através do modelo de organização da sociedade e da economia a que se chama o Modelo Social Europeu. Por isso, pensava que era inquestionável o patamar atingido, mesmo sabendo que a democracia política é frágil e tem que ser regada todos os dias.

Quem olha para as notícias que se sucedem à nossa volta questiona-se mesmo sobre qual o fim disto tudo e até onde irá a regressão que vivemos. Será que caminhamos de volta ao século XIX? Ou pararemos mesmo mais atrás?

É extraordinário como se divulga os méritos do assistencialismo como única solução para o que é apresentado como o falhanço e a incapacidade do Estado Social. Isto, quando esta incapacidade começou por ser a ideia proclamada pela propaganda política neoliberal e só depois concretizada pela acção de desconstrução do mesmo Estado Social, que está em curso há três décadas, primeiro em países como a Inglaterra de Margaret Thatcher - em paralelo com a actuação de Ronald Reagan nos EUA e depois



São José Almeida

Jornalista (sao.jose.almeida@publico.pt)

do início da experiência de Pinochet no Chile - e depois, a nível oficial central, na União Europeia.

A pressão política sobre o poder e sobre os governos dos Estados-membros tem sido para a diminuição dos direitos e do bem-estar das populações europeias. Numa mirabolante e utópica fixação política de que a sociedade pode e deve ser regulada de acordo com os princípios da liberdade do mercado e que a circulação da riqueza gera riqueza e garante, só por si, a conquista de uma nova “terra do leite e do mel”.

Repito, é extraordinário ver como é erguida em solução miraculosa e única alternativa - Margaret Thatcher bem insistia na tese: *There is no alternative* - a defesa do assistencialismo como forma de fazer face ao empobrecimento da sociedade europeia. Empobrecimento esse que está actualmente ao nível dos anos 20, de acordo com um estudo feito pelos economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) Michael Kumhof e Romain Rancière sobre os EUA, mas com equivalência para a Europa segundo os seus autores.

Esse estudo conclui que a actual crise, tal como a do final dos anos 20, é provocada precisamente pelo agravamento do fosso entre pobres e ricos e pelo empobrecimento da maioria. Com escrevia o jornal *i*, “nos Estados Unidos, entre 1920 e 1928, o rendimento detido pelos 5 por cento mais ricos aumentou de 24 por cento para 34 por cento. Entre 1983 e 2007, esse indicador passou de 22 por cento para 34 por cento. Ao mesmo tempo, o nível de endividamento dos restantes 95 por cento da população praticamente duplicou nos dois períodos pré-crise”. E lembrava ainda o *i* que, segundo os dados do Eurostat, “Portugal é o segundo país da zona euro com maior desigualdade na distribuição de rendimento entre os 20 por cento mais ricos e os 20 por cento mais pobres, apenas ultrapassado por Espanha” (25/11/2010).

Mas, apesar de ser um estudo do próprio FMI a afirmar a gravidade da situação de empobrecimento actual das sociedades capitalistas democráticas e a responsabilizar esse empobrecimento e o agravar do fosso entre ricos e pobres pela situação que se vive, os actores do poder político, social e económico continuam a considerar que a única saída é insistir nas mesmas soluções e no mesmo modelo neoliberal de desconstrução do Estado e de desregularização e



A meritória obra dos Bancos Alimentares contra a Fome não

é a forma de assegurar o bem-estar das populações

Restauração e Similares de Portugal, que vai organizar a distribuição das refeições que sobram dos restaurantes, cantinas e refeitórios.

Assim como seja apontada como solução para fazer face à pobreza mais uma recolha dos Bancos Alimentares contra a Fome, que este ano recolheram 3265 toneladas de alimentos, mais 775 toneladas que no ano passado (PÚBLICO 30/11/2010). Isto quando os Bancos Alimentares existem em Portugal há 20 anos e têm agido de forma meritória e feito face a situações gravíssimas de desigualdade na sociedade portuguesa, fruto da força de vontade de pessoas como Isabel Jonet - cuja capacidade de trabalho sempre elogiei e não descobri só agora.

Mas a sua meritória obra não é a forma de assegurar o bem-estar das populações. A não ser que tenha havido já uma revolução total e radical do que são os valores das sociedades democráticas. A não ser que queiramos substituir o Modelo Social Europeu por um modelo de assistencialismo europeu, o conceito de direito à redistribuição da riqueza pelo conceito de esmola e o de direito ao trabalho pelo de pedinte. O que eu ainda não percebi é o que vai substituir o conceito de dignidade humana. *Jornalista (sao.jose.almeida@publico.pt)*

Quem está a ganhar com a crise foi quem a provocou: a banca e os seus famosos “quadros” com regime de excepção

Difamação do Estado e economia paralela

O escândalo das grandes fortunas à sombra de paraísos fiscais passa todas as marcas. Ao ponto de a própria habitação aparecer em nome de sociedades sediadas em ilhas longínquas, talvez até em locais inexistentes. Sedes de empresas virtuais em terras virtuais...

A crise financeira que se abateu sobre muitos países, incluindo Portugal, resulta em larga medida dessa gente, oportunista e sem escrúpulos. Gente sem princípios éticos nem cívicos. Gente da mentira. Pois que não é senão mentira criar empresas fantasmas em locais fantasmas, só para escapar a um dever cívico fundamental: pagar pontual e escrupulosamente os impostos.

Não admira que o ataque ao Estado venha desses sectores e de quem os serve. Não têm vínculos à comunidade, olham os seus vizinhos, os clientes das suas empresas, os seus empregados, os seus concidadãos, como “o outro inferior”: carne para canhão dos seus jogos especulativos.

Não lhes interessa uma rede altamente qualificada de ensino público a todos os níveis, pois os rendimentos fabulosos que amealharam graças aos *offshores* e à fuga aos impostos chegam-lhes e sobram-lhes para garantir aos filhos e demais parentes a educação nos melhores

colégios suíços, ingleses ou norte-americanos, e um lugar ao sol na banca ou na alta finança.

Não lhes interessa um sistema público de Segurança Social nem um Serviço Nacional de Saúde, pois as suas reservas milionárias asseguram-lhes reformas principescas e o acesso a tratamentos e cuidados de saúde pagos a peso de ouro em clínicas de luxo. Radicalmente “heterogéneos” com referência ao comum dos mortais, encaram como desperdício terem de contribuir na devida proporção dos seus rendimentos para as receitas do Estado e, desse modo, solidariamente, para a robustez da Segurança Social e do SNS.

Não lhes interessa o investimento reprodutivo no país: por exemplo, numa rede de transportes colectivos (incluindo TGV) moderna e ligada à Europa, pois bastam-lhes as suas viaturas de alta cilindrada, aviões particulares, iates e outras extravagâncias para lhes permitir responder às exigências de mobilidade. Além disso, quanto mais atrasado, menos qualificado no seu potencial humano, menos exigente no bem-estar e menos integrado nas redes europeias for o país, tanto mais este se parece com uma quinta, e tanto mais o Estado, divorciado do “bem comum”, se parece com um capataz: a quinta e o capataz deles.



Mário Vieira de Carvalho

É esta cultura egocêntrica, do “salve-se quem puder”, hostil ao sentimento de pertença - pertença a uma comunidade -, que explica a economia paralela e as monstruosas proporções que ela adquiriu entre nós nas últimas décadas. Há quem fale de 25% ou mesmo 30% do PIB! Bilhões literalmente roubados ao fisco, isto é, à colectividade, ao longo de décadas!

A difamação sistemática do Estado e a ideologia neoliberal banalizaram a prática da fuga aos impostos. Hoje até já é “normal” arrendar apartamentos sem passar recibo!... A economia paralela tornou-se consensual. A comunicação social tolera-a implicitamente como código de conduta. O Estado parece impotente para combatê-la. E tudo indica que vai continuar a prosperar.

Quem está a ganhar com a crise foi quem a provocou: a banca e os seus famosos “quadros” com regime de excepção, especialistas em empresas fictícias e paraísos fiscais; especialistas, enfim, na engorda em larga escala da economia paralela.

Quem perde são os mesmos de sempre: os trabalhadores por conta de outrem. Mas perde sobretudo o país. Foi para isto o 25 de Abril? *Professor catedrático (FCSH-UNL). Ex-secretário de Estado da Cultura*